

Caloi Norte S/A

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP -
Brasil Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Caloi Norte S.A
Manaus -AM

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Caloi Norte S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caloi Norte S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Caloi Norte S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 13 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Caloi Norte S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2014 e 2013

(Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.407	10.356	4.407	10.356
Contas a receber de clientes	5	75.548	67.924	75.548	67.924
Estoques	6	92.259	70.193	92.259	70.193
Impostos a recuperar		8.644	4.769	8.620	4.743
Outros créditos	7	1.351	1.549	1.351	1.549
Despesas antecipadas		141	310	141	310
Total do Ativo Circulante		182.350	155.101	182.326	155.075
Não Circulante					
Contas a receber de clientes	5	4.093	7.363	4.093	7.363
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	15	14.783	16.620	14.783	16.620
Outros créditos	7	2.824	2.887	2.824	2.887
Total do realizável a longo prazo		21.700	26.870	21.700	26.870
Investimentos	8	91	83	-	-
Imobilizado	9	32.654	30.018	32.654	30.018
Intangível	10	39.487	39.911	39.487	39.911
		72.232	70.012	72.141	69.929
Total do Ativo Não Circulante		93.932	96.882	93.841	96.799
Total do Ativo		276.282	251.983	276.167	251.874

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Circulante					
Fornecedores nacionais e estrangeiros	11	42.987	28.546	42.987	28.546
Empréstimos e financiamentos	12	43.326	107.270	43.326	107.270
Salários e encargos		4.757	4.784	4.757	4.784
Obrigações tributárias	13	2.259	2.215	2.263	2.276
Dividendos mínimo obrigatórios a pagar		422	422	422	422
Empresas ligadas a pagar	17	291	243	291	243
Outras contas a pagar	16	7.034	3.860	7.039	3.860
Total do Passivo Circulante		101.076	147.340	101.085	147.401
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	107.322	30.486	107.322	30.486
Obrigações com partes relacionadas	17	124	170	-	-
Obrigações tributárias	13	-	5.982	-	5.982
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	463	345	463	345
Outras contas a pagar	16	1.904	2.028	1.904	2.028
Total do Passivo Não Circulante		109.813	39.011	109.689	38.841
Total do Passivo Circulante e Não Circulante		210.889	186.351	210.774	186.242
Patrimônio líquido					
Capital social	19	46.714	46.714	46.714	46.714
Reservas de reavaliação		6.308	6.460	6.308	6.460
Reservas de lucros		5.649	5.649	5.649	5.649
Lucros acumulados		6.722	6.809	6.722	6.809
Total do Patrimônio Líquido		65.393	65.632	65.393	65.632
Total do passivo e patrimônio líquido		276.282	251.983	276.167	251.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caloi Norte S/A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro 2014 e 2013

(Em Milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receita líquida de vendas	20	291.178	275.286	291.175	275.283
Custo dos produtos vendidos	21	<u>(216.362)</u>	<u>(198.227)</u>	<u>(216.362)</u>	<u>(198.227)</u>
Lucro bruto		<u>74.816</u>	<u>77.059</u>	<u>74.813</u>	<u>77.056</u>
Despesas operacionais					
Com vendas	22	(21.688)	(20.467)	(21.664)	(20.443)
Gerais e administrativas	23	(28.876)	(30.884)	(28.886)	(30.911)
Pesquisa e desenvolvimento		(2.615)	(2.240)	(2.615)	(2.240)
Resultado de participações societárias		8	(9)	-	-
		<u>(53.171)</u>	<u>(53.600)</u>	<u>(53.165)</u>	<u>(53.594)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquida e impostos		<u>21.645</u>	<u>23.459</u>	<u>21.648</u>	<u>23.462</u>
Despesas financeiras	25	(26.054)	(17.957)	(26.054)	(17.957)
Receitas financeiras	25	<u>1.497</u>	<u>973</u>	<u>1.497</u>	<u>973</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(24.557)</u>	<u>(16.984)</u>	<u>(24.557)</u>	<u>(16.984)</u>
Lucro antes de impostos de renda e da contribuição social		<u>(2.912)</u>	<u>6.475</u>	<u>(2.909)</u>	<u>6.478</u>
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	15	2.673	5.211	2.673	5.211
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	15	<u>-</u>	<u>(809)</u>	<u>(3)</u>	<u>(812)</u>
		<u>2.673</u>	<u>4.402</u>	<u>2.670</u>	<u>4.399</u>
Lucro líquido do exercício		<u>(239)</u>	<u>10.877</u>	<u>(239)</u>	<u>10.877</u>
Lucro líquido por ação - em R\$		<u>(0,52)</u>	<u>23,70</u>	<u>(0,52)</u>	<u>23,70</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caloi Norte S/A

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro 2014 e 2013

(Em Milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>(239)</u>	<u>10.877</u>	<u>(239)</u>	<u>10.877</u>
Resultado abrangente total	<u>(239)</u>	<u>10.877</u>	<u>(239)</u>	<u>10.877</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Caloi Norte S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	De reavaliação	De incentivos fiscais	Reserva legal	Lucros Retidos		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	46.714	5.262	2.777	938	11.049	-	66.740
Distribuição de dividendos com lucros retiros de exercícios anteriores	-	-	-	-	(11.049)	-	(11.049)
Antecipação de dividendos durante o exercício	-	-	-	-	-	(2.300)	(2.300)
Realização da reserva de reavaliação de ativos	-	(227)	-	-	-	227	-
Baixa de impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	-	1.425	-	-	-	(61)	1.364
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.877	10.877
Destinações:							
Constituição de reserva legal	-	-	-	552	-	(552)	-
Reserva de Incentivos Fiscais - Sudam	-	-	1.382	-	-	(1.382)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	6.809	(6.809)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	46.714	6.460	4.159	1.490	6.809	-	65.632
Retenção de lucros	-	-	-	-	(6.809)	6.809	-
Realização da reserva de reavaliação de ativos	-	(227)	-	-	-	227	-
Baixa de impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	-	75	-	-	-	(75)	-
Lucro/Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(239)	(239)
31 de Dezembro de 2014	46.714	6.308	4.159	1.490	-	6.722	65.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caloi Norte S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/14	Controladora 31/12/13	Consolidado 31/12/14	Consolidado 31/12/13
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(239)	10.877	(239)	10.877
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Contribuição social e imposto de renda diferido	(2.673)	(4.402)	(2.670)	(4.399)
Depreciações e amortizações	4.324	3.866	4.324	3.866
Equivalência patrimonial	(8)	9	-	-
Provisão para perda no imobilizado	427	2.101	427	2.101
Resultado residual na venda de imobilizado	124	49	124	35
Provisão para devedores duvidosos	801	223	801	223
Provisão para perdas nos estoques	(597)	698	(597)	698
Encargos de financiamentos	22.579	14.834	22.579	14.834
AVP (contas a pagar e receber)	490	290	490	290
Perdas em controladoras	-	154	-	277
Provisão de contingências	118	(397)	118	(674)
	25.346	28.302	25.357	28.128
(Aumento)/diminuição no ativo circulante e não circulante				
Contas a receber de clientes	(5.566)	(16.121)	(5.566)	(16.121)
Estoques	(21.469)	(39.840)	(21.469)	(39.840)
Impostos a recuperar	635	(1.776)	628	(1.700)
Demais contas a receber	198	157	198	157
Despesas antecipadas	169	(133)	169	(133)
Outros créditos	63	85	63	85
Aumento/(diminuição) no passivo circulante e não circulante				
Fornecedores	14.362	14.032	14.362	14.032
Salários e encargos sociais	(27)	(921)	(27)	(921)
Obrigações tributárias de curto prazo	44	(1.628)	(14)	(1.567)
Demais contas a pagar - curto prazo	3.174	-	3.174	-
Empresas ligadas	2	243	56	243
Obrigações tributárias de longo prazo	(5.982)	-	(5.982)	-
Demais contas a pagar - longo prazo	(124)	(528)	(124)	(528)
Juros Pagos	(18.529)	(12.639)	(18.529)	(12.639)
Imposto de renda e contribuição social (pagos) / recuperados	-	(2.499)	-	(2.499)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(7.704)	(33.266)	(7.704)	(33.303)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Venda de ativo imobilizado	67	34	67	34
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(7.154)	(8.695)	(7.154)	(8.695)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(7.087)	(8.661)	(7.087)	(8.661)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	-	(9.000)	-	(9.000)
Captação de empréstimos	140.500	99.662	140.500	99.662
Amortização de empréstimos (principal)	(131.658)	(41.454)	(131.658)	(41.454)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	8.842	49.208	8.842	49.208
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(5.949)	7.281	(5.949)	7.244
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	10.356	3.075	10.356	3.112
No final do exercício	4.407	10.356	4.407	10.356
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(5.949)	7.281	(5.949)	7.244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia e suas controladas têm como objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de bicicletas, bicicletas infantis (Aros 12 e 16), peças e acessórios relacionados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia focou sua atuação na produção e comercialização de bicicletas e bicicletas infantis.

Em 21 de Agosto de 2013, 70% das ações da Companhia foram adquiridas pela Cycling Sports Group Brazil Investimentos Ltda., empresa do grupo Dorel Industries Inc. que, dentre as suas unidades de negócio possui a Dorel Sports que gerencia as marcas Cannondale, Schwinn, Mongoose e GT.

Dentre os benefícios dessa transação, a Companhia acelerou localmente o desenvolvimento e comercialização e produção de um amplo portfólio de marcas do grupo incluindo Cannondale, Schwinn, GT e Mongoose.

Atualmente a Companhia detém unidade produtiva, localizada no Município de Manaus (AM), utilizada para a produção de bicicletas com e sem marcha de todas as marcas do grupo, um centro tecnológico e logístico em Atibaia (SP), que distribui brinquedos e bicicletas importadas, um escritório administrativo e comercial, localizado no Município de São Paulo.

A tabela abaixo resume a atual configuração de nossas unidades industriais:

Cidade	Estado	Bicicletas produzidas	Mercado consumidor
Manaus	Amazonas	Bicicletas com e sem marcha	Brasil
Atibaia	São Paulo	Centro Tecnológico e Logístico	Brasil

A Companhia possui benefício fiscal referente à redução de 75% do Imposto de Renda relativo a atividade incentivada (Lucro da Exploração) que corresponde às atividades exercidas na área da SUDAM.

A comercialização de bicicletas e bicicletas infantis pela Companhia dar-se ao longo do ano. Contudo, há uma maior concentração de negócios no segundo semestre em função da ocorrência de datas comemorativas, com destaque ao dia das crianças e Natal. Tal concentração de negócios é mais acentuada nas bicicletas infantis (aros 12 e 16) e infanto-juvenis (aros 20 e 24).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas DFs separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre o BR GAAP e o IFRS.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Caloi Norte S/A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 13 de março de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos, críticos referente às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 6 - Provisão para obsolescência dos estoques;
- Nota explicativa nº 9 - Imobilizado (Revisão da vida útil do ativo imobilizado);
- Nota explicativa nº 10 - Intangível (Amortização do ativo intangível de vida útil indefinida);
- Nota explicativa nº 15 - Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) diferidos;
- Nota explicativa nº 19 - Provisão para contingências; e
- Nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros derivativos.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando:

- (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador;
- (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo,
- (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável;
- (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e
- (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

c. Custos

Os custos dos produtos vendidos são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita.

d. Impostos de renda e contribuições sociais

O Imposto de renda do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) e considera a compensação de prejuízos fiscais limitada a 30% do lucro tributável anual e benefício fiscal referente a redução de 75% do imposto de renda relativo a atividade incentivada (lucro da exploração).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto de renda diferido é calculado com base na alíquota efetiva que corresponde ao benefício esperado quando da realização do ativo em caixa. Desta forma, o imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal é registrado a alíquota de 18% enquanto as diferenças temporárias são registradas a 18% ou 7,5% a depender do reflexo na apuração do benefício do lucro da exploração.

A contribuição social corrente e diferida são calculadas com base na alíquota de 9% e considera a compensação de base negativa limitada a 30% do lucro tributável anual.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

e. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede aos custos de reposição ou aos valores de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou de perda com estoques de coleções superadas são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, decorrente do monitoramento permanente dos itens.

f. Ativo Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas e também efetua, pelo menos, anualmente, revisões da vida útil-econômica dos seus bens do ativo imobilizado. Quando alterações são necessárias, os ajustes são efetuados de forma prospectiva.

As contas do imobilizado estão acrescidas de reavaliação espontânea efetuada pela Companhia no exercício de 2004. Os saldos da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, serão mantidos até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

(i) Custos subseqüentes

Gastos subseqüentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na Nota Explicativa 9 - Imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Quando são identificadas indicações de perda de valor recuperável, são submetidos ao teste de avaliação do valor recuperável anualmente ou quando circunstâncias indicarem perda.

(i) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

h. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia e suas controladas em condições de que a Companhia e suas controladas não aceitariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma perda por redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor

continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é avaliada a cada data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

A participação societária nas controladas é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos cotistas das controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as controladas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

k. Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, compreendem os saldos de aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, compreendem contas a receber de clientes, outras contas a receber e empréstimos e financiamentos.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores nacionais, fornecedores estrangeiros, outras contas a pagar, outros débitos, empréstimos e financiamentos (incluindo debentures) e obrigações com partes relacionadas.

l. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

m. Contas a receber de clientes

O contas a receber é registrado e mantido no balanço pelo valor justo dos títulos representativos destes créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos.

n. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

o. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

p. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

q. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais ou administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais judiciais e administrativas, recentes decisões não terminativas, entre outras.

r. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

s. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado considerando o número de ações totais (ordinárias) em circulação no fim do período correspondente ao resultado.

t. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquela que pode ser relevante para o Grupo está mencionada abaixo. O Grupo não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Caixa e Bancos	4.407	10.356	4.407	10.356
	<u>4.407</u>	<u>10.356</u>	<u>4.407</u>	<u>10.356</u>

5 Contas a receber de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Circulante				
Contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros	78.479	69.648	78.479	69.648
Ajustes a valor presente	(1.077)	(671)	(1.077)	(671)
Provisão para perdas liquidação duvidosas	(1.854)	(1.053)	(1.854)	(1.053)
Total de clientes a receber	<u>75.548</u>	<u>67.924</u>	<u>75.548</u>	<u>67.924</u>
Não Circulante				
Contas a receber de clientes nacionais	4.125	7.390	4.125	7.390
Ajustes a valor presente	(32)	(27)	(32)	(27)
	<u>4.093</u>	<u>7.363</u>	<u>4.093</u>	<u>7.363</u>

A Companhia vem reconhecendo as perdas com contas a receber de clientes, considerando como de difícil realização os créditos originais vencidos há mais de 90 dias, desde que não tenha garantias contratuais de realização.

A abertura do saldo de contas a receber de clientes nacionais (circulante e não circulante) pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

Descrição	2014	2013
Saldo a vencer :	73,645	70,627
Vencidos até 30 dias	4,076	1,879
Vencidos entre 31 a 60 dias	673	694
Vencidos entre 61 a 90 dias	206	245
Vencidos a mais de 90 dias	1,041	1,842
	79,641	75,287
Circulante	75,548	67,924
Não circulante	4,093	7,363
Total contas a Receber	79,641	75,287

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31-12-14	31-12-13	31-12-14	31-12-13
Matérias primas	20.806	19.759	20.806	19.759
Materiais auxiliares	640	851	640	851
Produtos em elaboração	1.370	1.008	1.370	1.008
Produtos acabados	35.051	26.608	35.051	26.608
Materiais em trânsito	34.392	21.967	34.392	21.967
Total de estoques	92.259	70.193	92.259	70.193

O valor dos estoques reconhecidos no custo para o período totalizou R\$ 199.045 (2013: R\$180.580), demonstrado com custo de vendas. Adicionalmente, compõem os custo de vendas os incentivos fiscais líquidos, royalties, impostos de internação, variação cambial sob fornecedores de matérias primas, despesas com fretes sobre vendas e demais despesas com distribuição.

O valor das baixas de estoques reconhecidas como perdas no exercício totalizou R\$ 1.829 (R\$ 2.254 em 2013), reconhecido em custo dos produtos vendidos.

O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de “custo dos produtos vendidos”.

7 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Circulante				
Adiantamento a funcionários	346	357	346	357
Adiantamento a fornecedores nacionais	30	19	-	19
Adiantamento a corretores e despachantes	864	1,117	895	1,117
Outros créditos	111	56	110	56
Total outros créditos	1,351	1,549	1,351	1,549

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Não Circulante				
Depositos para defesas e recursos	2.230	2.293	2.230	2.293
Outros ativos de longo prazo	594	594	594	594
Total outros créditos	2.824	2.887	2.824	2.887

8 Investimentos (controladora)

	Participação no final do exercício %		Participação em 2014		Participação em 2013	
	Votante	Total	No patrimônio líquido	No resultado do período	No patrimônio líquido	No resultado do período
Caloi USA Inc.	100,00%	100,00%	-	-	-	(23)
Ducor Armazéns Gerais Ltda	99,99%	99,99%	91	8	83	14
Total de Investimentos			<u>91</u>	<u>8</u>	<u>83</u>	<u>(9)</u>

9 Imobilizado (controladora e consolidado)

Descrição	Taxa (%) Anual de depreciação	Controladora e Consolidado	
		31/12/14	31/12/13
Terrenos	4	4,166	4,166
Edifícios e benfeitorias	10	23,460	19,740
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	14,658	17,672
Instalações	10	5,072	4,404
Móveis e Utensílios	10	3,342	2,997
Veículos	20	-	111
Ferramentas	20	3,720	3,666
Informática e comunicação	10 a 20	2,166	2,689
Imobilizado em andamento		263	1,028
Total imobilizado (custo)		<u>56,847</u>	<u>56,473</u>
Edifícios e benfeitorias		(11,869)	(11,345)
Máquinas, aparelhos e equipamentos		(5,742)	(8,859)
Instalações		(1,216)	(805)
Móveis e Utensílios		(915)	(929)
Veículos		-	(83)
Ferramentas		(2,908)	(2,506)
Informática e comunicação		(1,543)	(1,928)
(-) Depreciação acumulada		<u>(24,193)</u>	<u>(26,455)</u>
Total do ativo imobilizado		<u>32,654</u>	<u>30,018</u>

Movimentação do Imobilizado - controladora e consolidado

Descrição	Terrenos, edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Ferramental	Imobilizações em curso	Demais itens	Total
Custo ou avaliação:							
Em 1º de janeiro de 2013	24,243	17,033	2,184	3,616	156	2,655	49,887
Adições	4,067	1,155	821	50	872	271	7,236
Alienações	-	(516)	(8)	-	-	(126)	(650)
Em 31º de dezembro de 2013	28,310	17,672	2,997	3,666	1,028	2,800	56,473
Adições	4,398	1,257	728	50	74	213	6,720
Alienações	(2)	(892)	(19)	(7)	-	(128)	(1,048)
Transferências	52	767	6	14	(839)	-	-
Resultado de inventario fisico	(60)	(4,146)	(370)	(3)	-	(719)	(5,298)
Em 31º de dezembro de 2014	32,698	14,658	3,342	3,720	263	2,166	56,847
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:							
Em 1º de janeiro de 2013	11,280	8,080	693	2,067	-	1,714	23,834
Despesa de depreciação no exercício	870	1,298	242	439	-	359	3,208
Alienações	-	(519)	(6)	-	-	(62)	(587)
Em 31º de dezembro de 2013	12,150	8,859	929	2,506	-	2,011	26,455
Despesa de depreciação no exercício	990	1,425	304	414	-	333	3,466
Alienações	-	(727)	(13)	(9)	-	(108)	(857)
Estorno depreciação referente ao inventario fisico	(55)	(3,813)	(305)	(3)	-	(695)	(4,871)
Em 31º de dezembro de 2014	13,085	5,744	915	2,908	-	1,541	24,193
Valor residual líquido:							
Em 31º de dezembro de 2013	16,160	8,813	2,068	1,160	1,028	789	30,018
Em 31º de dezembro de 2014	19,613	8,914	2,427	812	263	625	32,654

O imobilizado contempla reavaliação do imóvel industrial efetuada em 2004, localizado em Manaus, por meio de empresa especializada. O relatório de reavaliação foi efetuado pela referida empresa em 10 de novembro de 2004, sendo o valor reavaliado de R\$11.449, com nova vida útil estimada em 25 anos.

O Pronunciamento Técnico CPC01 - Redução ao valor recuperável de ativos define procedimentos que visam assegurar que os ativos de uma Companhia não estejam registrados por um valor contábil superior ao que pode ser recuperado no tempo por uso em suas operações ou em sua eventual venda e que esta avaliação seja feita, no mínimo, anualmente por ocasião do encerramento do exercício social.

Em atendimento ao CPC 27 (Imobilizado) referente à nova vida útil dos bens de maior relevância, a Companhia realizou a avaliação das taxas de depreciação dos itens que compoem o imobilizado considerando adequadas as taxas já praticadas.

10 Intangível (controladora e consolidado)

Descrição	Taxa (%) Anual de amortização	Controladora e Consolidado	
		31/12/14	31/12/13
Marca "CALOI"	indefinida	35.900	35.900
Software	10 a 20	5.564	5.130
Projetos desenvolvidos	20	570	570
Relacionamento com clientes	20	1.000	1.000
Total intangível (custo)		43.034	42.600
Software		(3.069)	(2.525)
Projetos desenvolvidos		(228)	(114)
Relacionamento com clientes		(250)	(50)
(-) Amortização acumulada		(3.547)	(2.689)
Total do ativo intangível		39.487	39.911

Movimentação do Intangível - controladora e consolidado

Descrição	Marcas e licenças	Software	Projetos desenvolvidos internamente	Relacionamento com clientes	Total
Custo ou avaliação:					
Em 1º de janeiro de 2013	35.900	4.672	570	-	41.142
Adições	-	458	-	1.000	1.458
Em 31º de dezembro de 2013	35.900	5.130	570	1.000	42.600
Adições	-	434	-	-	434
Em 31º de dezembro de 2014	35.900	5.564	570	1.000	43.034
Amortização e perda por redução ao valor recuperável:					
Em 1º de janeiro de 2013	-	2.028	-	-	2.028
Amortização	-	497	114	50	661
Em 31º de dezembro de 2013	-	2.525	114	50	2.689
Amortização	-	544	114	200	858
Em 31º de dezembro de 2014	-	3.069	228	250	3.547
Valor residual líquido:					
Em 31º de dezembro de 2013	35.900	2.605	456	950	39.911
Em 31º de dezembro de 2014	35.900	2.495	342	750	39.487

A marca “CALOI” foi contabilizada nas demonstrações financeiras da Caloi Norte S/A, em 30/09/1999, pelo saldo de crédito atualizado que a Caloi Norte S/A detinha contra a detentora da marca “CALOI” na época pelo valor de R\$35.900. A Companhia realiza anualmente testes de redução ao valor recuperável deste ativo intangível.

Em 21 de agosto de 2013, à luz do início das operações de comercialização das marcas da Dorel Sports, a Companhia adquiriu, nos termos permitidos pela legislação brasileira, a lista local de clientes, bem como dados cadastrais e histórico de vendas conforme instrumentos particular celebrado na mesma data, ora classificado como ativo intangível denominado relacionamento com clientes.

O valor recuperável do agio foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como valor justo Nível 3 com base nos dados da técnica de avaliação utilizados.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Em percentual	31/12/14
Taxa de desconto	17.8% a.a.
Taxa de crescimento final (perpetuidade)	5% a.a.
Taxa de crescimento estimado para o LAJIDA (EBITDA) (média para os próximos cinco anos)	13.5% a.a.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento final após este período. A taxa de crescimento final foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a administração acredita estar consistente com a premissa que um participante do mercado iria utilizar

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foram identificados ajustes a serem contabilizados.

11 Fornecedores a pagar

Referem-se a obrigações com fornecedores de serviços e materiais relacionados à atividade operacional da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Fornecedores nacionais	7.545	9.421	7.545	9.421
Fornecedores estrangeiros	35.442	19.125	35.442	19.125
Total outros créditos	42.987	28.546	42.987	28.546

12 Empréstimos (controladora e consolidado)

Modalidade e encargos	2014	2013
Para Capital de giro em moeda nacional	47.652	137.756
Para Financiamento em moeda nacional	102.996	-
	150.648	137.756
Parcelas classificadas no passivo circulante	43.326	107.270
Parcelas classificadas no passivo não circulante	107.322	30.486

Para capital de giro/financiamento - em moeda nacional

Bancos	Vencimento	31/12/2014	31/12/2013
Itaú	13/04/2017	14.091	27.443
Santander	26/06/2015	11.427	20.124
HSBC	26/06/2015	12.012	57.957
Citibank	26/02/2015	10.121	12.497
Debentures (HSBC)	27/03/2019	102.996	-
Outros bancos (Circulante)		-	19.735
Total Empréstimo Nacional		150.648	137.756

Para o exercício de 2014 e 2013, as parcelas classificadas como passivo circulante são de R\$ 43.326 e R\$ 107.270, respectivamente, e passivo não circulante de R\$ 107.322 e R\$30.486, respectivamente.

Segue a baixo a cronograma de amortização da dívida de longo prazo:

2016	33.803
2017	30.519
2018	28.500
2019	14.500
	<u>107.322</u>

As taxas de juros praticadas nos empréstimos estão vinculadas, em sua maioria, à taxa flutuante CDI (Certificado Depósito Interbancário) adicionado de spread que varia entre os bancos.

Debênture. Covenants e garantias

A Companhia procedeu em 18 de março de 2014 a 1ª Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única.

O valor total da emissão foi de R\$100.000, composto por 100.000 (cem mil) Debêntures emitidas com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), na data de emissão.

Os empréstimos (debênture) do Banco HSBC possuem cláusulas relativas a covenants financeiros com base no endividamento líquido em relação ao EBITDA, e no ano de 2014 este indicador foi cumprido.

Dívida financeira Líquida / Ebitda inferior a 4,75 em 2014, inferior a 3,75 de 2015 e inferior a 3,5 a partir de 2016.

13 Obrigações tributárias

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
PIS e COFINS	552	74	553	74
IPI	-	77	-	77
ICMS	-	-	-	13
ICMS Substituição tributária	867	855	870	903
Parcelamento Refis IV	-	6.631	-	6.631
Imposto de renda a recolher	9	19	9	19
Outros Tributos	831	541	831	541
Total outros créditos	<u>2.259</u>	<u>8.197</u>	<u>2.263</u>	<u>8.258</u>
Parcela passivo circulante	2.259	2.215	2.263	2.276
Parcela passivo não circulante	-	5.982	-	5.982

Adesão ao Programa de Parcelamento - REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941, e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretroatável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Este programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro

de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Este parcelamento prevê, entre outras, o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Caloi e a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido dos valores remanescentes de multa e juros.

A Companhia avaliou os benefícios desta nova lei de parcelamento e, em 19/08/2009, optou pela migração do PAEX referente aos tributos IPI, PIS, COFINS e INSS para o REFIS IV, a serem liquidados em até 180 meses, e vem cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Os saldos a pagar são corrigidos mensalmente pela variação da taxa SELIC.

Em 30 de novembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou à adesão da Companhia ao programa de redução e liquidação do parcelamento de débitos federais conforme a Lei 12.996/14.

Pela adesão a este programa as dívidas tributárias foram liquidadas conforme tabela abaixo:

	Montante das dívidas incluídas no REFIS em 31/12/2012	(-) Pagamentos	Atualização	Montante das dívidas incluídas no REFIS em 31/12/2013	Redução por pagamento em dinheiro de Jan a Nov 2014	Atualização	Sub Total Pré quitação - Refis 30/11/2014	Redução por pagamento em dinheiro na Quitação	Prejuízos fiscais utilizados	Saldo em 31/12/14
Total REFIS	7.118	(882)	395	6.631	(526)	335	6.440	(1.931)	(4.509)	-

14 Prejuízo fiscal e base negativa contribuição social

O prejuízo fiscal a compensar no montante de R\$50.795 de acordo com a Lei nº 9.249/95, está limitado à compensação de 30% do lucro tributável de cada período, sem prazo prescricional.

A base negativa contribuição social no montante de R\$43.270, poderá ser considerada na base de cálculo de futuras contribuições, limitado à compensação de 30% em cada período, sem prazo prescricional.

	Movimentação do Estoque de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	
	Prejuízo Fiscal (IR)	Base Negativa (CSLL)
Dezembro 2012	(69.884)	(44.319)
Utilização em 2013	2.843	2.840
Dezembro 2013	(67.041)	(41.479)
Registro do prejuízo fiscal em 2014	(1.791)	(1.791)
Utilização na quitação do REFIS	18.037	
Dezembro 2014	(50.795)	(43.270)

15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

Ativo

Em 31 de dezembro de 2014, o ativo diferido referente a créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias (provisões temporariamente indedutíveis), foi reconhecido com base em expectativa futura de lucros tributáveis.

Passivo

A Companhia possui provisão de imposto de renda e contribuição social diferido passivo no montante de R\$1.239 (R\$ 1.277 em 31 de dezembro de 2013), sobre reserva de reavaliação de ativos próprios realizada em períodos anteriores. Nesta demonstração financeira os referidos valores estão demonstrados como redutores dos demais ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social.

A seguir, representamos a composição dos créditos e débitos fiscais:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Sobre prejuízos fiscais e base negativa	13.037	15.800
Sobre diferenças temporárias		
IR_CSLL diferido ativo sobre diferenças temporárias	2.985	2.097
IR_CSLL diferido passivo sobre reserva de reavaliação	<u>(1.239)</u>	<u>(1.277)</u>
	<u>14.783</u>	<u>16.620</u>

A Companhia, com base em estimativa atualizada de geração de lucros nos períodos vindouros e em linha com as práticas contábeis, reconheceu no exercício de 2014 ativo de imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa. O complemento deste reconhecimento culminou com o reconhecimento de receita de imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 484, valor discriminado no quadro da conciliação dos impostos.

A Companhia realizou teste de realização dos ativos de impostos diferidos e concluiu que a expectativa de realização destes dar-se-á em prazo razoável e condizente com as práticas e princípios contábeis.

Lei 12.973/14 (Medida Provisória 627)

A Administração efetuou uma avaliação das disposições contidas na Lei 12.973/14 (Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”)) que entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, onde há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração efetuou a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, caso não fosse feita a opção pela adoção antecipada, não haveriam riscos relacionados à tributação sobre (i) dividendos distribuídos que excederam o lucro fiscal, apurado entre 1/1/2008 e 2013; e (ii) pagamento de JCP e apuração de resultado de equivalência patrimonial com base no patrimônio líquido societário para os anos-calendário de 2008 a 2013, considerando os prejuízos fiscais em todos esses anos.

Adicionalmente, mesmo sendo efetuada a opção pela adoção antecipada, ainda não há riscos de contingência possível, relacionados ao saldo de dividendos não pagos até a data da publicação da MP 627 que excederam o lucro fiscal apurado entre 1/1/2008 e 2013, devido aos prejuízos fiscais anteriormente mencionados.

Conciliação de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos	(2,911)	6,475	(2,901)	6,478
Alíquota combinada	34%	34%	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social pela alíquota combinada	-	(2,178)	-	(2,179)
(Adições) / Exclusões temporárias e permanentes	-	(1,019)	-	(1,021)
Utilização de prejuízo fiscal	-	966	-	966
Incentivo fiscal - lucro exploração SUDAM	-	1,382	-	1,382
Programa de alimentação ao trabalhador - PAT	-	40	-	40
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias	926	(593)	926	(593)
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízos fiscais	484	(767)	484	(767)
Complemento de Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízos fiscais	1,263	6,572	1,263	6,572
Total benefício no resultado	2,673	4,403	2,673	4,399
Corrente	-	(809)	-	(812)
Diferido	2,673	5,211	2,673	5,211
Total	2,673	4,402	2,673	4,399
Alíquota Efetiva	92%	-68%	92%	-68%

16 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Circulante				
Royalties a pagar	1.062	1.067	1.062	1.067
Propaganda a pagar	2.149	1.462	2.149	1.462
Assistencia medica a pagar	1.067	170	1.067	170
Consultoria e assessoria a pagar	175	175	175	175
Telefonia a pagar	314	212	314	212
Outras contas a pagar	2.267	775	2.272	775
	7.034	3.860	7.039	3.860
Não circulante				
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
IPTU a recolher	893	1.160	893	1.160
Aguas do amazonas	1.011	868	1.011	868
	1.904	2.028	1.904	2.028

17 Transações com partes relacionadas

	31/12/14	31/12/13
a) Saldos de contas a pagar de empresas ligadas e controladas (passivo circulante)	291	243
b) Saldos de contas a pagar de empresas ligadas e controladas (passivo não circulante)	124	170
c) Compras e serviços adquiridos de empresas ligadas e controladas	405	287

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações de compra de produtos e/ou serviços que constituem o objeto social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tem saldo a pagar a empresas pertencentes ao grupo Dorel no montante de R\$ 291 (R\$243 em 2013), ora classificados como passivo circulante.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores abrange basicamente os salários e os benefícios pagos nos períodos informados. Em 31 de dezembro de 2014, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, reconhecidas no resultado do exercício, totalizaram R\$ 4.691 na controladora e consolidado (R\$3.929 em 31 de dezembro de 2013).

18 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, surgidos no curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias e cíveis. Com base na análise individual

destes processos, tendo como suporte a opinião dos advogados, o montante referente às causas consideradas prováveis para registro na rubrica de “Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas” é de R\$ 463 na controladora (R\$345 em 31 de dezembro de 2013). No resultado do exercício foi registrado em 2014 e 2013 o equivalente a R\$ 723 e R\$ 493, respectivamente, em perdas.

Movimentação Provisão	
Saldo anterior	345
Novos processos	250
Reversão por não utilização da provisão	(64)
Mudança prognóstico	120
Pagamentos	(220)
Atualizações	32
Saldo atualizado	463

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas mantinham, ainda, em andamento outros processos, cuja materialização, na avaliação dos consultores legais, são classificadas como perdas possíveis, no valor aproximado de R\$19.015 (R\$19.014 em 31 de dezembro de 2013), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

Revisão da apuração de tributos

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos, com referência aos tributos federais (imposto de renda, contribuição social, IPI, PIS e COFINS) e ao imposto estadual (ICMS).

Não há prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de contribuição previdenciária (INSS e FGTS).

Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionadas, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

19 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital Social da Sociedade é de R\$46.714 e está representado por 458.932 ações ordinárias.

b. Reserva de retenção de lucros

Em 2014 dado o prejuízo de R\$239, não houve retenção referente ao exercício de 2014. O saldo da reserva da retenção dos lucros está disponível para posterior destinação a ser definida em AGO ou AGE.

c. Reserva legal

Em função do prejuízo auferido no exercício, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não constituiu reserva legal, conforme previsto no artigo 193 da Lei das Companhias por Ações.

d. Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido, com os seguintes ajustes: (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para

contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração poderá propor, e a Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovar, a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei das Companhias por Ações).

e. Reserva de incentivo fiscal

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não constituiu reserva de incentivos fiscais (SUDAM) visto que auferiu prejuízo, artigo 195 da Lei das Companhias por Ações.

f. Reserva de reavaliação

O imobilizado contempla reavaliação do imóvel industrial efetuada em 2004, localizado em Manaus, por meio de empresa especializada. O relatório de reavaliação foi efetuado pela referida empresa em 10 de novembro de 2004, sendo o valor reavaliado de R\$11.449, com nova vida útil estimada em 25 anos. A reserva do imposto de renda e contribuição social diferidos foram reconhecidas concomitantemente com a reserva de reavaliação. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos destacados na demonstração de resultado contempla o reflexo da realização da reserva de reavaliação apropriada em 2013.

g. Cálculo do lucro por ação

O cálculo do (prejuízo)/lucro por ação é demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2014	2013
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(239)	10.877
Numero de ações	458.932	458.932
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (por lote de mil)	(0,52)	23,70

20 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receita operacional bruta	355.482	341.758	355.480	341.756
Impostos sobre vendas e outros	(64.304)	(66.472)	(64.305)	(66.473)
Total receita líquida de vendas	291.178	275.286	291.175	275.283

21 Custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custo Materiais	156,933	147,684	156,933	147,684
Salários e encargos	42,937	35,976	42,937	35,976
Depreciação	2,231	2,040	2,231	2,040
Incentivo fiscal	(20,656)	(18,063)	(20,656)	(18,063)
Outros custos	34,917	30,590	34,917	30,590
Total custos dos produtos vendidos	216,362	198,227	216,362	198,227

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a companhia apurou um montante de R\$20.656 em incentivos fiscais de ICMS (R\$18.063 em 31 de dezembro de 2013), considerado como custo dos produtos vendidos.

22 Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Despesas com pessoal	(9.372)	(8.228)	(9.348)	(8.228)
Despesas de comunicação, distribuição e locação	(9.484)	(9.696)	(9.484)	(9.672)
Despesas com serviços em geral	(2.832)	(2.543)	(2.832)	(2.543)
Total despesas com vendas	(21.688)	(20.467)	(21.664)	(20.443)

23 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Despesas com pessoal	(12.135)	(11.152)	(12.135)	(11.152)
Despesas gerais	(16.741)	(19.732)	(16.751)	(19.759)
Total despesas gerais e administrativas	(28.876)	(30.884)	(28.886)	(30.911)

24 Participações dos empregados e administradores no resultado

A Companhia tem uma política de conceder Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus empregados e diretores. O valor do PLR é equivalente a metas operacionais. Em 31 de dezembro de 2014, o montante registrado como despesa do exercício é de R\$1.065 (R\$1.265 em 2013) sendo R\$ 934 como saldo de provisão na rubrica de “Salários e encargos” no passivo circulante.

25 Resultado financeiro (controladora e consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Despesas financeiras				
Juros sobre financiadores, fornecedores	(15.003)	(16.143)	(15.003)	(16.143)
Atualização de multa e juros de impostos parcelados	(433)	(223)	(433)	(223)
Impostos sobre Operações Financeiras (IOF)	(1.280)	(1.591)	(1.280)	(1.591)
Juros e despesas s/ debêntures	(9.338)	-	(9.338)	-
	(26.054)	(17.957)	(26.054)	(17.957)
Receitas financeiras				
Juros ativos de clientes	977	920	977	920
Rendimentos aplicações financeiras	497	53	497	53
Outras receitas financeiras	23	-	23	-
	1.497	973	1.497	973
	(24.557)	(16.984)	(24.557)	(16.984)

26 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e empréstimos em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 3. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

Os valores destes instrumentos financeiros reconhecido no balanço patrimonial não diferem dos valores justos devido ao vencimento de curto prazo destes instrumentos.

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha instrumentos financeiros classificados apenas como Nível 2.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia possui valores a pagar a fornecedores de obrigações atreladas ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía nenhum instrumento de proteção para as variações de taxas de câmbio. Como consequência, a Companhia está exposta aos efeitos da variação cambial que poderia causar um impacto adverso em seus fluxos de caixa, posição patrimonial e financeira e operações.

As principais exposições cambiais são resumidas como segue:

TOTAL EM USD	31/12/2014
Adiantamento Fornecedor	755
Fornecedor	12.580
Empresa Ligadas	105
Total Global	13.440

TOTAL EM EUR	31/12/2014
Adiantamento Fornecedor	130
Fornecedor	505
Empresa Ligadas	4
Total Global	639

TOTAL EM JPY	31/12/2014
Fornecedor	102.528
Total Global	102.528

TOTAL EM TWD	31/12/2014
Fornecedor	3.390
Total Global	3.390

Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Total risco (empréstimos (-) aplicações financeiras): R\$148.527

Logo, com base no saldo final de 2014, para cada variação de 1p.p. na taxa de juros do CDI a variação esperada na despesa e receita financeira é de R\$1.485.

Risco operacional

A Companhia opera na industrialização de bicicletas, de marca própria, em diversas regiões do país. A performance de suas operações está sujeita às condições do mercado, economia e indústria.

Análise de sensibilidade

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade efetuada com base em alterações hipotéticas de riscos considerados relevantes pela Administração e que podem gerar impacto adverso nas informações intermediárias:

Valor justo

a. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. A companhia executa e avalia instrumentos financeiros especificamente quando julga necessário.

b. Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, bem como de contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

As taxas de juros praticadas nos empréstimos de curto e longo prazo estão vinculadas a taxa flutuante CDI adicionado de *spread*. Sendo assim, o valor contábil e valor justo de empréstimos são equivalentes.

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os ativos e produtos (imóveis alugados, lucros cessantes, bens e estoques) com cobertura contratada total de R\$ 1.192.468 sujeitos a riscos, montantes considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações.

Eduardo Musa
Diretor Presidente

Adriano Fernandes Nascentes
Diretor Administrativo Financeiro

Paulo Henrique Correia
Contador CRC 1SP256687